

AGUDÁS – OS “BRASILEIROS” DO BENIN

Milton Guran *

Acontece que são baianos.” Assim, Gilberto Freyre descreveu os “brasileiros” do golfo do Benim, na costa ocidental da África.¹ De fato, essa região da África constitui um exemplo único de implantação de uma cultura brasileira – no caso, baiana - fora de nossas fronteiras, pois não se trata de uma colônia de brasileiros, como acontece em muitos países, mas de todo um grupo social que se reconhece como brasileiro, e utiliza essa condição para se articular com o conjunto da sociedade.²

Os “brasileiros” do Benim, Togo e Nigéria, também conhecidos como agudás, nas línguas locais, são descendentes dos antigos escravos do Brasil que retornaram à África no século passado e dos comerciantes baianos lá estabelecidos nos séculos XVIII e XIX. Possuem nomes de família como Souza, Silva, Almeida, entre outros, festejam N. S. do Bonfim, dançam a “burrinha” (uma forma arcaica do bumba-meu-boi), fazem desfiles de Carnaval e se reúnem freqüentemente em torno de uma *feijoadá* ou de um kousidou. Ainda hoje é comum os agudás mais velhos se cumprimentarem com um sonoro “Bom dia, como passou?” “Bem, ‘brigado’” é a resposta.

Foram esses “brasileiros” que implantaram a cultura ocidental na região, fizeram as primeiras construções em alvenaria, incluindo a primeira igreja católica, e chegaram mesmo a impor o português como a primeira língua ocidental de uso corrente naquela costa africana. A tal ponto foram culturalmente

* Doutor em Antropologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (França), mestre em Comunicação Social pela UnB (onde lecionou) e fotógrafo, é atualmente professor no Curso de Comunicação Social da Universidade Gama Filho (RJ) e pesquisador associado do Centro de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes (RJ). É autor de Linguagem fotográfica e informação (1ª ed., 1992; 2ª ed., 1999), entre outros títulos.

¹ Gilberto Freyre, “Acontece que são baianos”, in: Bahia e baianos, Salvador: Fundação de Artes, 1990 (1ª ed. In: Problemas brasileiros de antropologia, Rio de Janeiro: José Olympio, 1962).

² Sobre o processo de construção da identidade “brasileira” nesta região da África, ver: Milton Guran, Agudás – os “brasileiros” do Benin, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. Gama Filho, 2000.

importantes, que as primeiras escolas criadas pela missão católica francesa, em meados do século XIX, ensinavam em português.

Excluídos da sociedade africana ao serem vendidos como escravos, esses africanos, a partir de sua experiência de vida na própria escravatura, retornaram como hábeis artesãos e instruídos comerciantes para a mesma sociedade que os havia penalizado. O processo de reinserção social desses retornados na sociedade que os havia excluído, em que antigos escravos se unem aos negreiros que os haviam vendido para, juntos, constituírem a classe social que domina a economia de toda uma região, aparece como um dos mais peculiares fenômenos de “engenharia social” da diáspora africana.



Foi somente com os “brasileiros” que esta região da África entrou na era das construções duráveis, feitas com tijolos, segundo a técnica e o estilo de arquitetura empregados no Brasil do século XIX. Um dos exemplos mais notáveis é a grande Mesquita de Porto Novo, capital do Benim, concluída em 1930, cuja fachada é a cópia perfeita de uma igreja barroca baiana, à qual se acrescentou um minarete.

A Sra. Francisca Patterson, née De Medeiros, e bisneta do Chachá I, no salão do seu sobrado em Porto Novo, um exemplo de casa “brasileira” no Benim.



As comemorações do N. S. do Bonfim, realizadas no mês de janeiro, como na Bahia, mobilizam toda a comunidade agudá e começam, em Porto Novo, por um grande desfile pelas ruas da cidade na véspera da missa. A organização do desfile e o clima geral lembram certos

momentos do carnaval brasileiro. A fanfarra toca com todas as suas forças, alguns participantes portando lanternas fazem duas filas dos dois lados da rua enquanto outros dançam no meio. Duas bandeiras brasileiras abrem o desfile, nas mãos das jovens Antoinette Campos e Evelyne Mariano (na foto), as principais cantoras do grupo.

Entre as duas porta-bandeiras desfila uma moça com uma bela fantasia cintilante com duas grandes asas, como um destaque de escola de samba dos anos 50. Um dos irmãos Amaral, os organizadores do desfile, marca o ritmo com um apito, enquanto os outros dois,



exatamente como nas escolas de samba, percorrem o bloco para não deixar atravessar a marcha, que todos cantavam a plenos pulmões, em bom português: A sociedade brasileira está na rua/venha ver/venha gostar/o brinquedo é delicado/para quem, para quem/gosta de ver. Com uma ênfase toda especial na palavra brasileira.



Ao centro, a Sra. Talém, née Domingos, descendente de Domingos José Martins, um dos líderes da revolução pernambucana de 1817 e herói da Independência do Brasil, dança o “samba”. Em segundo plano, loiô e laiá, os famosos bonecos conhecidos no carnaval de Recife como o “Homem da Meia-Noite” e a “Mulher do Meio-Dia”.

O “samba”



A tradição agudá de se vestir à “brasileira” sempre funcionou como um importante indicador de identidade. A maneira de se vestir conserva até hoje, em certa medida, esta função social, e acabou até reforçada por influência da televisão. De fato, a novela “Escrava Isaura”, que teve grande sucesso no Benim e no Togo em 1994, serviu para atualizar os figurinos, como é o caso desta senhora da família Campos de Porto Novo.

Representando a Irmandade Brasileira Bom Jesus do Bonfim de Porto Novo, a Sra. Martins, bisneta de Domingos José Martins - filho do homônimo líder da revolução de 1817 e herói da Independência do Brasil - recepciona os “brasileiros” na missa do Bonfim na catedral de Porto Novo, em janeiro de 1995.





Na saída da missa dedicada a N. S. do Bonfim, uma fanfarra esperava o grupo de “brasileiros”, que desfilaram pelos jardins da igreja com estandarte e tudo. A volta à casa também se deu sob a forma de um animado desfile, embora sem estandarte nem fanfarra. Pelas ruas

apinhadas de domingo, cantaram-se sobretudo canções que faziam alusão à condição étnica dos agudás.

Após a missa, tem lugar um piquenique, seguido pela apresentação da “burrinha”, antigo folguedo muito popular na Bahia do século XIX, e que no Brasil foi absorvido pelo bumba-meu-boi. Na foto, a “burrinha”, personagem principal, cavalgada por um sorridente “Chirac”, em Porto Novo, em janeiro de 1995.



O “samba” em Porto Novo, parte final das celebrações em homenagem ao N. S. do Bonfim.

Ela estava brincando com as outras crianças no pátio de sua casa em Cotonu, onde se dava o ensaio da “burrinha”, quando resolveu, muito naturalmente, dançar um pouco.





Nas danças tradicionais observadas em Abomé, os movimentos, curtos e repetitivos, estão praticamente restritos aos braços, sempre dobrados, e aos ombros. O tronco, quase imóvel, é projetado para frente, enquanto os pés batem vigorosamente no chão. No “samba”, ao

contrário, os braços e as mãos são liberados e movimentam-se em harmonia com as pernas e os pés. O corpo inteiro se mexe, aberto e livre às improvisações.

Uma dama “brasileira”, segundo o costume, cola uma moeda na testa de uma dançarina abomeana em sinal de cumprimento pela dança que ela acaba de apresentar.



Um tecido mandado imprimir pela família De Souza em comemoração à entronização do Chachá VIII foi amplamente utilizado na festa. Sobre um fundo florido, um desenho representa D. Francisco emoldurado, por sobre o qual desenvolve-se uma árvore com sete ramos, cada um com o nome de um Chachá.

Atrás da faixa onde se lê “Glória eterna ao nosso ancestral Dom Francisco Félix de Souza”, centenas de pessoas, entre as quais muitas fantasiadas ou mascaradas, cantavam e dançavam ao som de uma fanfarra. Todo mundo gritava a plenos pulmões louvações a D. Francisco, o Chachá I, pelas ruas de Uidá, no dia da entronização do Chachá VIII.





A chegada do Chachá e da sua comitiva ao palácio real de Singboji, atual Museu Histórico de Abomé, para a cerimônia de transmissão dos aparatos de poder correspondentes ao título de vice-rei de Uidá, estava prevista para as dez horas.

Mas todos tiveram de esperar mais de uma hora, parados a 300 metros da entrada do palácio, pela chegada da equipe de cobertura da televisão estatal. Foi, portanto, lá pelas onze horas que, diante das câmeras, o luxuoso automóvel do Chachá se pôs em movimento, escoltado por duas fileiras de damas de honra. A poucos metros do palácio, o Chachá desceu e se dirigiu à entrada reservada ao antigo rei Glelè, sempre acompanhado do seu séquito, que recitava as louvações tradicionais da família para anunciar a sua presença.

Conforme o costume, a chegada do rei de Abomé ao local da solenidade foi precedida pelos griôs que recitavam as louvações reais tocando o “gankpanvi”, os gongos gêmeos semelhantes ao nosso agogô, de uso exclusivo do rei. Atrás desses griôs



vinham os ministros, dispostos em duas alas e depois, finalmente, o rei Agoli-Agbo Dédjahagni e suas esposas. Ele cumprimentou afavelmente o Chachá, vice-rei de Uidá, com um aperto de mão, e sentou-se no sofá que lhe estava destinado.

Entre as famílias “brasileiras”, a De Souza é provavelmente a única a possuir o seu próprio vodum (orixá), o Dagoun, que teve sua origem na pessoa mesmo de D. Francisco F. de Souza, o Chachá I, e foi cultuado por seus escravos sob sua autoridade direta. Segundo Dah Dagoun-non (foto), como é chamado o chefe de culto, o Dagoun não é violento, e protege principalmente as crianças.

